



30^o CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

**Bibliotecas Fortes:
Sociedade Democrática Recife, PE**

Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

Modalidade: trabalho completo

Acessibilidade em bibliotecas: produção científica nos CBBB (2017-2022)

Accessibility in libraries: scientific production in CBBB (2017-2022)

Paloma Rodrigues Moreira – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Jaqueline Santos Barradas – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Cíntia de Souza Pereira – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Gabrielle Ribeiro – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Resumo: A biblioteca é responsável por atender os usuários e oferecer acesso às informações através dos recursos e serviços. A comunicação tem por objetivo identificar o que tem sido publicado sobre acessibilidade em bibliotecas nos anais do CBBB no período de 2017 a 2022 a fim de analisar a produção científica após regulamentação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.145. Pesquisa exploratória e bibliográfica, sistematizada por meio de estatística descritiva. Diante dos 54 resultados encontrados, constatam-se avanços para promover a acessibilidade em bibliotecas, mas as mudanças ainda não atendem de forma ampla as pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Biblioteca. Acessibilidade. Pessoa com deficiência. Produção científica. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB).

Abstract: The library is responsible for serving users and offering access to information through resources and services. The communication aims to identify what has been published about accessibility in libraries in the CBBB annals from 2017 to 2022 in order to analyze scientific production after regulation of the Statute of Persons with Disabilities, Law 13,145. Exploratory and bibliographical research, systematized using descriptive statistics. Given the 54 results found, advances can be seen to promote accessibility in libraries, but the changes do not broadly serve people with disabilities.

Keywords: Library. Accessibility. Person with a disability. Scientific production. Brazilian Congress of Librarianship and Documentation.



1 INTRODUÇÃO

Acessibilidade em bibliotecas é um assunto que vem crescendo há alguns anos, visto a necessidade de a organização estar preparada para atender aos usuários em suas necessidades informacionais, seja o usuário com ou sem deficiência.

A população brasileira é composta por 8,9% (18,6 milhões) de pessoas com deficiência de dois anos ou mais de idade, de acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), justificando a importância de ter conhecimento sobre como atender esse público e torná-lo autônomo em suas atividades.

No Brasil, a legislação define acessibilidade como:

[...] condição ou possibilidade de alcance para utilização, com segurança e autonomia, em ambientes e espaços ou na parte que engloba informação e comunicação, incluindo os sistemas e tecnologias, voltado para a utilização pública ou privada, na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015).

As bibliotecas têm uma função primordial na medida em que oferecem atendimento para as demandas de informação e conhecimento dos usuários por meio de serviços e recursos disponíveis. A equipe da biblioteca, principalmente os colaboradores que atendem no serviço de referência, são disseminadores da informação e atuam para transmitir o conhecimento de acordo com a necessidade de seu público.

A sociedade passou por transformações, os recursos disponíveis por conta do uso da internet evoluíram e através deles muitas melhorias foram realizadas, beneficiando as pessoas com deficiência e assim oferecendo mais autonomia e inclusão para resolução de questões do cotidiano.

Os serviços virtuais em bibliotecas foram aprimorados de forma veloz com os avanços das tecnologias e atualmente muitos usuários utilizam os recursos on-line através de acesso remoto às bases de dados. De igual forma, deveria ser a evolução para as demandas dos usuários com deficiência, de forma acelerada. Entretanto isso não ocorre na prática: mesmo amparados por legislação federal vigente no país as pessoas com deficiência enfrentam diversas barreiras na utilização de recursos.



Nesse sentido, é de grande importância as adequações físicas e tecnológicas, nos serviços e produtos das bibliotecas e, na orientação dos colaboradores para lidar com usuários, com ou sem deficiência, de forma que esses possam utilizar dos benefícios ofertados à comunidade sem distinção ou dificuldades.

A Lei Brasileira de Inclusão, Lei 13.146/2015 sancionada em 2015 e regulamentada no ano seguinte (2016), é marco para a acessibilidade, pois estabeleceu os direitos das pessoas com deficiência e determinou medidas para seu descumprimento.

Essa comunicação aborda sobre acessibilidade em bibliotecas e seu o objetivo é analisar o que tem sido publicado sobre acessibilidade em bibliotecas de forma a poder compreender o cenário atual para essa temática. Para isso, foi pesquisado nos anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD), no eixo que referente a acessibilidade, utilizando o recorte temporal de 2017 a 2022, últimos três congressos, após a regulamentação da Lei 13.145.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória, cujo propósito consiste em proporcionar maior conhecimento sobre o problema, na intenção de torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (Gil, 2010). Para Gil (2010) as pesquisas, quanto à finalidade, podem ser exploratórias, descritivas ou explicativas. Quanto às fontes, podem ser bibliográficas e documentais. Quanto à natureza do método pode ser, entre outros, pesquisa-ação, estudo de caso, e pesquisa de campo.

De acordo com as fontes, caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Marconi e Lakatos (2022, p. 49) “[...] é um tipo específico de produção científica: feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos”.

A fonte de informação pesquisada são os anais do CBBBD, cujo recorte são eventos ocorridos entre 2017 a 2022, avaliando todos os itens disponíveis no eixo destinado à acessibilidade.

No 27º CBBBD realizado em 2017, as comunicações voltadas para acessibilidade foram submetidas ao eixo 4, “Bibliotecas para todos: Acessibilidade para pessoas com



deficiência, inclusão social, enfoque de gênero, bibliotecas como espaço de aprendizagem. Biblioteconomia Social”. No 28º CBBB, que ocorreu no ano de 2019, o eixo para essa temática foi o 2, “Não devemos deixar ninguém para trás”. Já no ano de 2022, para o 29º CBBB, o eixo 1 abordou sobre acessibilidade com o título “Não deixar ninguém para trás”.

A análise foi realizada por meio da leitura do resumo de cada comunicação observando-se o tipo de acessibilidade trabalhada no documento e o ano de publicação.

Sobre a análise dos anais do CBBB, é importante destacar a inexistência de uma única página que direcione aos anais passados e aos respectivos sites das conferências, tendo em vista atender minimamente as leis de Ranganathan, entre elas “poupe o tempo do leitor” (Ranganathan, 2009, p.67).

Nos três congressos analisados, dentro dos eixos correspondentes foram recuperadas 165 comunicações; dessas 54 foram selecionadas e analisadas por abordar a temática proposta nesta pesquisa, cujos resultados são apresentados na seção correspondente.

3 ACESSIBILIDADE E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Constituição Federal de 1988 estabelece direitos fundamentais dos cidadãos, e no que se refere às pessoas com algum tipo de necessidades especiais, a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2000).

No Brasil, existem normas jurídicas que respaldam as bibliotecas brasileiras e reafirmam a importância de serem ambientes acessíveis. Na pesquisa de Araújo, Silva e Dimário (2022, p.2) são destacadas algumas normas, como o Decreto Legislativo nº 186/2007, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Posteriormente, o Decreto nº 6.949/2009 promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, também assinados em Nova Iorque na mesma data supramencionada. Em 2018, o Decreto nº



9.522 promulga o Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas com deficiência visual ou com outras dificuldades para acesso ao texto impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013. A Lei nº 10.753/2003 sobre Política Nacional do Livro, no seu artigo 1º (inciso XII) e artigo 2ª (inciso VII), aborda sobre acessibilidade, embora voltada apenas para pessoas com deficiência visual. A Lei nº 10.098/2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Além dessas normas, está em discussão o Projeto de Lei nº 1454/2022, que altera o art. 7º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para determinar a obrigatoriedade da presença de livros acessíveis e Tecnologias Assistivas nas bibliotecas públicas, de modo a assegurar o acesso das pessoas com deficiência visual às obras que compõem o acervo desses equipamentos culturais.

Para além das supramencionadas, cabe citar a Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), que estabelece o direito de acesso dos brasileiros às informações públicas, produzidas pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios. A LAI garante que todas as pessoas têm direito à informação, independente do meio que ela esteja disponível, no formato físico ou eletrônico e o conteúdo deve ser acessível a todos, incluindo as pessoas com deficiência, de forma igualitária a pessoas que não tenham deficiência.

Em 2015 é aprovada a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. A legislação define pessoa com deficiência como “toda e qualquer pessoa que possua algum impedimento de cunho físico, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, que dificulte ou impeça a sua convivência de forma plena em sociedade” (Brasil, 2015).

Em relação à acessibilidade em bibliotecas, qualquer usuário com deficiência deve estar apto para utilizar o ambiente das bibliotecas sem impedimento, sendo função dos colaboradores tornar realidade a utilização dos recursos e serviços de forma plena, já destacado por Grogan (1995) no que tange aos bibliotecários do serviço de referência.

De acordo com estudos desenvolvidos por Sasaki (2002), podemos identificar seis tipos de acessibilidade: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental,



metodológica e programática. Para o Ministério da Educação (Brasil, 2013) são descritos oito espectros de acessibilidade (acrescentando a nos transportes e a digital), o que foi utilizado nesta comunicação, conforme apresentado no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Espectro da acessibilidade

ESPECTRO DA ACESSIBILIDADE	DEFINIÇÕES
Acessibilidade Atitudinal	Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.
Acessibilidade Arquitetônica	Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.
Acessibilidade Metodológica	Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irão determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.
Acessibilidade Programática	Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros).
Acessibilidade Instrumental	Superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva).
Acessibilidade nos Transportes	Forma de acessibilidade que elimina barreiras não só nos veículos, mas também nos pontos de paradas, incluindo as calçadas, os terminais, as estações e todos os outros equipamentos que compõem as redes de transporte.
Acessibilidade nas Comunicações	É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).
Acessibilidade Digital	Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

Fonte: Brasil (2013, p.37)

Estimular a autonomia dos usuários é um dever da biblioteca, para que isso possa acontecer é importante que elas estejam preparadas para realizar o atendimento, tornando possível o estudo com independência para qualquer tipo de usuário.

O Quadro 2 a seguir aponta exemplos para ilustrar cada uma das tipologias.



Quadro 2 – Exemplos de acordo com a tipologia da acessibilidade

ESPECTRO DA ACESSIBILIDADE	PRÁTICAS E EXEMPLOS
Acessibilidade Atitudinal	Essa acessibilidade pode ser notada quando existe, por parte dos gestores institucionais, o interesse em implementar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude. A priorização de recursos para essas ações é um indicativo da existência de acessibilidade atitudinal.
Acessibilidade Arquitetônica	Os exemplos mais comuns de acessibilidade arquitetônica são a presença de rampas, banheiros adaptados, elevadores adaptados, piso tátil, entre outras.
Acessibilidade Metodológica	É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.
Acessibilidade Programática	Ocorre quando a instituição promove processos de sensibilização que envolvem a informação, o conhecimento e a aplicação dos dispositivos legais e políticas relacionadas à inclusão e à acessibilidade de estudantes com deficiência na educação. Muitas vezes esses estudantes não têm conhecimento dos seus direitos e, em razão disso, não vislumbram a possibilidade de acessar a universidade. Essa acessibilidade se expressa, também, toda vez que novas leis, decretos, portarias são criados com o objetivo de fazer avançar os direitos humanos em todos os seus âmbitos.
Acessibilidade Instrumental	Esse tipo de acessibilidade envolve todas as demais e sua materialidade reflete a qualidade do processo de inclusão plena do estudante na educação.
Acessibilidade nos Transportes	Percebe-se a aderência da instituição a esse tipo de acessibilidade quando existe transporte coletivo à disposição dos estudantes e aqueles com algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida consegue fazer uso do mesmo com segurança e autonomia, sem nenhum prejuízo para sua locomoção.
Acessibilidade nas Comunicações	Um dos exemplos de acessibilidade nas comunicações é a presença do intérprete na sala de aula em consonância com a Lei de Libras e Decreto de Acessibilidade.
Acessibilidade Digital	Evidencia-se a existência dessa acessibilidade quando a instituição possui os acervos bibliográficos dos cursos em formato acessível ao estudante com deficiência (prioritariamente os de leitura obrigatória) e utiliza diferentes recursos e ajudas técnicas para que o estudante tenha acesso a informação e ao conhecimento independentemente de sua deficiência.

Fonte: Brasil (2013, p.37)



A biblioteca hoje é identificada como local para acesso à informação e ao conhecimento, independentemente do suporte que esse material esteja disponível, para Silva e Abreu (1999, p.102) “A informação não é avaliada pelo suporte físico, mas sim pela sua utilidade.”

Sabendo que a biblioteca precisa ser acessível para utilização de qualquer usuário, Ferrés (2006, p.21) define biblioteca acessível:

[...] é um espaço que permite a presença e proveito de todos, e está preparada para acolher a maior variedade de público possível para as suas atividades, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população. Assim, junto com a acessibilidade digital, tecnologias assistivas e uma correta organização e sensibilização dos funcionários, a acessibilidade física – urbana, arquitetônica e de produtos – representa um dos pilares centrais no planejamento de uma biblioteca acessível, e o conceito de Design Universal é determinante para a concepção deste espaço.

Ser uma biblioteca acessível abarca transpor obstáculos que possam atrapalhar o acesso aos serviços e recursos da organização, de acordo com Ribeiro e Leite (2001), os pilares de uma biblioteca acessível englobam cooperação interinstitucional, técnicos informados, espaços, equipamentos e serviços.

Fornecer acesso aos recursos disponíveis na biblioteca para os usuários com deficiência, faz parte da inclusão. Qualquer usuário deve conseguir acessar e consultar as ferramentas, serviços e recursos de forma acessível na vida acadêmica com interação e autonomia (Moreira, 2020, p. 4).

Atender as necessidades dos usuários torna-se um dever da biblioteca, agindo democraticamente para que a utilização de seus recursos e serviços aconteça em favor de todos os usuários, sem distinção.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na pesquisa bibliográfica empreendida foram localizados 165 documentos e selecionados 54 resultados nos anais do CBBB, no qual se podem identificar algumas evidências: ano de publicação da comunicação; tipologia metodológica de pesquisa realizada e tipologia de acessibilidade estudada.

A Tabela 1 apresenta os respectivos resultados, indicando os quantitativos de documentos recuperados e selecionados.

Tabela 1 – Ano de publicação dos artigos selecionados





Ano	Documentos Recuperados	Documentos Seleccionados
2017	59	18
2019	76	26
2022	30	10
Total	165	54

Fonte: Elaborada pelas autoras (2024).

No que se refere ao ano de publicação das comunicações, aquele que mais se destaca no CBBDD em relação à quantidade de publicações é o de 2019. Não foi possível aferir a razão desse pico.

O tipo de acessibilidade adotada para avaliação foi do Ministério da Educação e o mais frequentemente citado nas comunicações foi sobre a acessibilidade atitudinal.

Tabela 2 - Tipologia da acessibilidade estudada

Arquitetônica	6
Atitudinal	23
Comunicacional	6
Digital	8
Instrumental	7
Metodológica	1
Programática	3
Transportes	0
Total	54

Fonte: Elaborada pelas autoras (2024).

A partir dos resultados apontados pela pesquisa, a acessibilidade atitudinal é a mais estudada. Por vezes, os colaboradores das bibliotecas não atendem da forma adequada os usuários com deficiência por não terem recebido a capacitação necessária para realizar o atendimento, mas é observada a importância e responsabilidade do profissional da informação de conhecer as demandas dos usuários e saber como orientá-los.

A partir da interpretação das leituras, foi observado que, de acordo com Barbosa e Madio (2022) a maioria das bibliotecas não atendem às normas referentes à acessibilidade, tampouco as leis supracitadas correspondentes à acessibilidade em bibliotecas.



Foi identificado que há restrição para os usuários com deficiência no que tange o uso de navegadores e sites, dessa forma existem dificuldades em realizar pesquisas nos programas disponíveis ou acessar documentos. Araújo, Silva e Dimário (2022) ressaltam em estudo a importância de as universidades atentarem-se ao tema da acessibilidade e suas políticas, permitindo que ofereçam serviços e produtos acessíveis aos usuários, bem como capacitação aos funcionários. Os autores Wellichan e Manzini (2021) mostraram a contradição existente entre as necessidades da pessoa com deficiência e o que é oferecido para esses usuários.

As instalações e ambientes das bibliotecas são inadequados para o recebimento dos usuários com deficiência, o acesso e o transporte são precários para esse público.

A sociedade ainda é deficiente. As vias, os acessos, aos equipamentos urbanos, os edifícios, a comunicação e os serviços são elementos com os quais transitamos e lidamos no dia a dia. Só percebemos sua inviabilidade quando exercemos um olhar mais sensível para entender as necessidades, as particularidades e a diversidade social. (Santos; Barroso, 2022).

Para Rodrigues, Ziegelmann e Bahia (2019, p. 3), o profissional da informação é responsável pela produção, armazenamento e uso em relação à informação, cabendo a ele ter a percepção de sua unidade informacional para lidar com recursos tecnológicos que possibilitem o acesso, uso, tratamento e recuperação da informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi observado através da pesquisa que as bibliotecas estão buscando melhorias para executar em seu ambiente e assim oferecer um atendimento mais adequado aos usuários com deficiência, mas as mudanças ainda são consideradas pequenas em relação às demandas existentes.

Destaca-se que o assunto acessibilidade precisa de um olhar mais atento, para que os serviços e recursos possam ser utilizados pelo todo, sem impedimento para as pessoas com deficiência.

A contenção de verba é um fator que impossibilita a execução de algumas melhorias na biblioteca, como investimento em programas pagos para computadores, aquisição de mobiliário adaptado, investimento em capacitações para os



colaboradores e, até mesmo, realização de obras na infraestrutura do espaço. Porém, isso não pode ser um ponto paralisador para que a biblioteca seja acessível, visto que algumas atividades podem ser realizadas sem grandes investimentos, através de programas gratuitos e treinamentos oferecidos sem custo para atender o público PCD.

As mudanças devem acontecer na mentalidade de quem oferece o atendimento; ouvir e entender a necessidade da pessoa com deficiência que utiliza a biblioteca é um passo importante, pois o auxílio necessário por vezes é menos complexo do que se imagina. Tornar o ambiente acessível pode ser iniciado com pequenas atitudes, executadas diariamente.

Como sugestão para pesquisas futuras, foi observado que o tema tecnologias assistivas com acesso livre possui pouca literatura científica publicada, campo que pode ser aprofundado e assim contribuir para bibliotecas na implementação de serviços e recursos.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Elenise Maria de; SILVA, Eduardo Graziosi; DIMÁRIO, Clelia Junko Kinzu. Bibliotecas acessíveis: uma realidade da EESC e do IQSC da USP. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 1–17, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1908/1436>. Acesso em: 31 jul. 2024.

BARBOSA, Kelly Cristina; MADIO, Telma Carvalho. Acessibilidade nas bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe: diagnóstico para alcançar acessibilidade física e informacional. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 36, n. 2, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 jun.2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 10 set.2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.522, de 08 de outubro de 2018**. Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em:



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9522.htm. Acesso em: 10 set.2024.

BRASIL. **Decreto legislativo nº 186, de 30 de março de 2007**. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em: 10 set.2024.

BRASIL. **Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm. Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.753.htm. Acesso em: 10 set.2024.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 13.416, de, 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”, 2013. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/04/proavi-referenciais-de-acessibilidade-parte-i.pdf>. Acesso em 31 jul. 2024.

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade física. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. São Paulo: UNICAMP, 2006. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6122>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Trad. de Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1995. 196 p.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf. Acesso em 14 jul. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MOREIRA, Paloma Rodrigues. Acessibilidade nas Bibliotecas PUC-Rio: inclusão e autonomia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 21., 2020, Goiânia. Anais [...]. Goiânia: SIBI/UFG, 2022. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/20307>. Acesso em: 7 de jul. 2024.

RANGANATHAN, Shiyali Rmamrita. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília, DF, Briquet de Lemos, 2009.

RIBEIRO, Alice; LEITE, João. Contributos para um Conceito de “Biblioteca Inclusiva”. **Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, n. 7, 23 maio 2001. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/700>. Acesso em: 04 jun. 2024.

RODRIGUES, Carlos Alberto; ZIEGELMANN, Luize Daiane dos Santos; BAHIA, Eliana Maria dos Santos. Acessibilidade em arquivos: um olhar sob a competência do arquivista. In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ENANCIB, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/search/results>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SANTOS, Rosa Milena; BARROSO, Cristina Almeida Valença Cunha. Acessibilidade na biblioteca pública: uma análise da Biblioteca Pública Municipal Ney Pontes Duarte da cidade de Mossoró/RN sob o olhar da competência do profissional da informação. In: XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/201376>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, v. 5, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9.

SILVA, Helena Pereira da; ABREU, Aline França de. Considerações sobre o bibliotecário frente às tecnologias de informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 4, n. 4, p. 98-109, 1999.

WELLICHAN, Danielle Silva Pinheiro; MANZINI, Eduardo José. Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Em Questão**, v. 27, n.3, p.172- 203, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/adalt/Downloads/9+Usu%C3%A1rios+da+informa%C3%A7%C3%A3o+com+defici%C3%Aancia_2023.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.